

Senado estuda criação do Estatuto do Idoso

O Senado promete dar um troco ao presidente Collor, para devolver o respeito aos velhos brasileiros. A Casa pretende votar, no início dos trabalhos, ainda em fevereiro, o projeto de lei que, se aprovado, constituirá no primeiro Estatuto do Idoso no País. Entre outros direitos, a proposta assegura ao velho dispor sobre seus bens, segundo sua vontade.

“Hoje, a lei aposenta compulsoriamente o idoso aos 70 anos e tira-lhe o direito de dispor sobre o que comprou, segregando-o quando, muitas vezes, ele está no auge de sua capacidade”, diz o autor do projeto, senador Francisco Rollemberg (PFL-SE). Ele garante o apoio da maioria dos senadores para que a proposição seja apreciada imediatamente e afirma que vai mobilizar a sociedade na atenção à velhice.

Com 49 artigos, o projeto assegura direitos especiais às pessoas maiores de 65 anos e às que, mesmo não tendo atingido esta idade, apresentam condições biológicas e psicossociais dessa faixa etária. A matéria propõe como dever da família, do poder público e da sociedade prover o atendimento especial aos idosos, estabelecendo também a criação de delegacias especiais para atender ao velho. Se houver negligência, o responsável será punido criminalmente.

A proposta contempla ainda o

idoso com o atendimento preferencial em todas as instituições públicas e privadas, obriga os hospitais do Estado a manterem unidades geriátricas com especialistas no assunto e dispõe que os municípios serão obrigados a cadastrar a população idosa rural, a fim de oferecer atendimento médico-domiciliar e periódico.

Adoção

No capítulo referente à convivência familiar e comunitária, a proposição de Rollemberg assegura ao idoso o direito de moradia digna, provida pelo poder público e permite a qualquer adulto ou família “adotar” um idoso ou prover o sustento de até três velhos, comprovadamente carentes, para efeito de desconto no Imposto de Renda. Estabelece, ainda, que o poder público aproveite a habilitação dos idosos em vários programas, como por exemplo, na alfabetização de adultos.

Antes de qualquer acusação de interesse eleitoreiro, o senador Francisco Rollemberg explica que foi levado à elaboração do projeto devido a “observação diária” do desapareço que os brasileiros devotam à seus velhos. “Em nosso País, os idosos são tratados como bagulhos ou relíquias”. Ou seja, o pobre é considerado um estorvo e o rico é tratado superficialmente pelos descendentes de sua herança.